

ÍNDICE

NOTA DA 5ª EDIÇÃO	9
NOTA DA 4ª EDIÇÃO	11
NOTA DA 3ª EDIÇÃO	13
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	15
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	17
ABREVIATURAS, SIGLAS E REFERÊNCIAS SOBRE AS CITAÇÕES	19
LIÇÃO I – NOÇÃO, FINALIDADES E FORMAS DO PROCESSO EXECUTIVO	23
1. Noção	23
2. Execução singular e execução universal	28
3. Finalidades	30
4. Formas de processo	34
4.1. Processo executivo comum e processo executivo especial	34
4.2. Forma do processo comum	35
4.3. Regime especial da execução de decisão judicial condenatória	37
LIÇÃO II – AGENTE DE EXECUÇÃO, JUIZ DE EXECUÇÃO E SECRETARIA DE EXECUÇÃO	41
1. Agente de execução	41
1.1. Competência funcional	41
1.2. Exercício de funções	44
1.3. Honorários e despesas	47
1.4. Desempenho das funções do agente de execução por oficial de justiça	50
2. Juiz de execução	51
3. Secretaria de execução	55
LIÇÃO III – TÍTULOS EXECUTIVOS	57
1. Noção e funções dos títulos executivos	57
1.1. Noção	57
1.2. Funções	62

2.5.14. Nota discriminativa de honorários, despesas ou custas de parte	172
2.5.15. Certidão de custas, multas não penais e outras sanções	173
3. Concurso de títulos	173
4. Cumulação de execuções	174
4.1. Âmbito	174
4.2. Oportunidade	175
4.2.1. Cumulação inicial de execuções	175
4.2.1.1. Cumulação de execuções fundadas em sentença	175
4.2.1.2. Cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes	176
4.2.2. Cumulação sucessiva de execuções	178
LIÇÃO IV – REQUISITOS DA OBRIGAÇÃO EXEQUENDA	181
1. Certeza	181
1.1. Noção	181
1.2. Obrigação genérica e obrigação específica	183
1.3. Obrigação cumulativa e obrigação alternativa	184
2. Exigibilidade	186
2.1. Noção	186
2.2. Obrigação pura e obrigação a prazo ou a termo	187
2.2.1. Obrigação pura	187
2.2.2. Obrigação a prazo ou a termo	188
2.2.3. Obrigação sujeita a cláusula <i>cum potuerit</i> ou a cláusula <i>cum voluerit</i>	190
2.2.4. Exigibilidade da obrigação	191
2.3. Obrigações condicionais e obrigações dependentes de prestação	192
2.3.1. Obrigações condicionais	192
2.3.2. Obrigações dependentes de prestação	193
2.3.3. Demonstração e prova da exigibilidade	193
3. Liquidez	195
3.1. Noção	195
3.2. Liquidação pelo exequente ou pelo agente de execução	195
3.2.1. Liquidação dependente de simples cálculo aritmético	195
3.2.2. Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético	199
3.3. Liquidação por árbitros	201
3.4. Liquidação de obrigação que tenha por objeto mediato uma universalidade	202
3.5. Liquidação de obrigação parcialmente líquida e ilíquida	202

LIÇÃO V – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	203
1. Introdução	203
2. Competência	203
2.1. Competência internacional	203
2.2. Competência interna	209
2.2.1. Competência em razão da matéria	209
2.2.1.1. Competência dos tribunais judiciais	209
2.2.1.2. Tribunais e juízos de competência especializada	210
2.2.2. Competência em razão do valor	211
2.2.3. Competência em razão da hierarquia	211
2.2.4. Competência em razão do território	212
2.2.4.1. Competência para a execução fundada em título executivo judicial	212
2.2.4.1.1. Execução de sentença proferida pelo tribunal de comarca	212
2.2.4.1.2. Execução de sentença proferida pelos tribunais superiores	213
2.2.4.1.3. Execução de sentença proferida por tribunais estrangeiros	213
2.2.4.1.4. Execução pelas indenizações	214
2.2.4.2. Competência para a execução fundada em título executivo extrajudicial	214
2.2.4.2.1. Ação executiva para pagamento de quantia certa sem garantia real ou para prestação de facto	214
2.2.4.2.2. Ação executiva para pagamento de quantia certa com garantia real ou para entrega de coisa certa	218
2.2.4.3. Competência em caso de cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes	218
2.2.4.4. Competência convencional	219
2.3. Extensão de competência	220
2.4. Consequência da violação das regras da competência	221
3. Legitimidade	221
3.1. Regra	221
3.2. Exceções	223
3.2.1. Título ao portador	223
3.2.2. Sucessão no direito ou na obrigação	225
3.2.3. Execução por dívida provida de garantia real	228
3.2.4. Execução de bens na posse de terceiro	231

3.2.5. Exequibilidade da sentença contra terceiros	233
3.2.6. Legitimidade do Ministério Público como exequente	235
3.3. Legitimidade plural	236
3.3.1. Litisconsórcio	236
3.3.1.1. Litisconsórcio inicial	236
3.3.1.2. Litisconsórcio sucessivo	239
3.3.2. Coligação	240
3.3.2.1. Âmbito	240
3.3.2.2. Requisitos	241
3.3.2.3. Modalidades	241
3.3.2.4. Coligação ilegal	242
4. Patrocínio judiciário	242
LIÇÃO VI – EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA	245
1. Fase introdutória	245
1.1. Requerimento executivo	245
1.1.1. Requisitos	245
1.1.2. Admissão do requerimento executivo	250
1.1.3. Recusa do requerimento executivo	250
1.2. Despacho liminar e citação do executado	253
1.2.1. Despacho de indeferimento liminar total	254
1.2.2. Despacho de indeferimento liminar parcial	257
1.2.3. Despacho de convite ao aperfeiçoamento	258
1.2.4. Despacho de citação do executado	259
1.2.5. Rejeição e aperfeiçoamento	260
1.2.6. Dispensa de citação prévia	261
LIÇÃO VII – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO POR EMBARGOS	263
1. Noção	263
2. Legitimidade	264
3. Oportunidade e prazo	265
3.1. Oportunidade	265
3.2. Prazo	265
4. Fundamentos	267
4.1. Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença condenatória	267
4.2. Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral	277
4.3. Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção	279
4.3.1. Fundamentos gerais	279

4.3.2. Fundamentos em caso de justo impedimento	284
4.3.3. Fundamentos excepcionais	289
4.4. Fundamentos de oposição à execução baseada noutra título	291
5. Formalidades	292
6. Efeito	295
6.1. Regra geral	295
6.2. Exceções	296
6.2.1. Prestação de caução	297
6.2.2. Impugnação da genuinidade da assinatura	299
6.2.3. Impugnação da exigibilidade ou da liquidação da obrigação	300
6.2.4. Falta absoluta de intervenção do réu no processo de declaração	302
7. Tramitação	302
LIÇÃO VIII – PENHORA	307
1. Noção	307
2. Efeitos	309
2.1. Ineficácia da disposição, oneração ou arrendamento de bens penhorados	309
2.2. Preferência resultante da penhora	312
2.3. Perda do poder de fruição ou limitação ao seu exercício	314
3. Limites da penhora	315
3.1. Penhora de bens do devedor	315
3.2. Penhora de bens de terceiro	317
3.3. Limitação da responsabilidade por convenção das partes e por determinação de terceiro	318
3.4. Bens absolutamente impenhoráveis	318
3.4.1. Bens isentos de penhora por força de disposição especial	319
3.4.2. Coisas ou direitos inalienáveis	321
3.4.3. Bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas	322
3.4.4. Objetos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal	324
3.4.5. Objetos especialmente destinados ao exercício de culto público	326
3.4.6. Túmulos	327
3.4.7. Instrumentos e objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes	327
3.4.8. Animais de companhia	328
3.4.9. Quantia em dinheiro ou depósito bancário resultantes da satisfação de crédito impenhorável	329

3.5. Bens relativamente impenhoráveis	330
3.5.1. Bens do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas, de entidades concessionárias de obras ou serviços públicos ou de pessoas coletivas de utilidade pública, que se encontrem especialmente afetados à realização de fins de utilidade pública	330
3.5.2. Instrumentos de trabalho e objetos indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado	333
3.5.3. Bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica	335
3.6. Bens parcialmente impenhoráveis	338
3.6.1. Penhora de rendimentos ou prestações que assegurem a subsistência do executado	338
3.6.1.1. Âmbito	338
3.6.1.2. Limites da impenhorabilidade	342
3.6.1.3. Penhora de rendimentos empresariais e profissionais	350
3.6.1.4. Pluralidade de penhoras	351
3.6.1.5. Redução ou isenção de penhora	351
3.6.2. Penhora de dinheiro ou saldo bancário	354
3.7. Bens cuja penhora depende de citação prévia do executado	354
3.8. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas próprias ou comuns	355
3.8.1. Penhora de bens comuns em execução movida apenas contra um dos cônjuges	355
3.8.2. Incidente de comunicabilidade da dívida	362
3.8.2.1. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo exequente	362
3.8.2.2. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo executado	366
3.9. Penhora em caso de comunhão ou de compropriedade	367
3.10. Bens a penhorar na execução contra o herdeiro	368
3.11. Penhorabilidade subsidiária	369
3.11.1. Penhorabilidade subsidiária subjetiva	369
3.11.2. Penhorabilidade subsidiária objetiva	371
3.12. Penhora de mercadorias carregadas em navio	372
4. Consultas e diligências para a penhora	373
4.1. Diligências prévias	373
4.2. Registo informático de execuções	373
4.3. Diligências para identificação ou localização de bens	375
4.4. Diligências subsequentes	378
4.5. Inclusão do devedor na lista pública de execuções	379
5. Ordem de realização da penhora	381
5.1. Eliminação do <i>gradus executionis</i>	381
5.2. Nomeação de bens à penhora	382
5.3. Dever de informação e de comunicação	383

5.4. Dever de cooperação	383
5.5. Princípio da proporcionalidade	385
5.6. Bens onerados com garantia real	388
5.7. Bens indivisos	389
6. Reforço, substituição ou levantamento da penhora	390
7. Conversão do arresto em penhora	392
8. Modos de efetivação da penhora	393
8.1. Penhora de bens imóveis	393
8.1.1. Âmbito	393
8.1.2. Formalidades	395
8.1.3. Fiel depositário	396
8.1.4. Entrega efetiva do bem penhorado	398
8.1.5. Proteção da casa de habitação efetiva do executado	399
8.1.6. Divisão do prédio penhorado	400
8.2. Penhora de bens móveis	401
8.2.1. Penhora de coisas móveis não sujeitas a registro	401
8.2.2. Penhora de coisas móveis sujeitas a registro	404
8.2.2.1. Penhora de veículos automóveis	405
8.2.2.2. Penhora de navios	406
8.2.2.3. Penhora de aeronaves	407
8.3. Penhora de direitos	407
8.3.1. Penhora de créditos	407
8.3.2. Penhora de títulos de crédito e de valores mobiliários	414
8.3.3. Penhora de direitos ou de expectativas de aquisição	417
8.3.4. Penhora de rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros rendimentos periódicos	419
8.3.5. Penhora de depósitos bancários	421
8.3.6. Penhora de direito a bens indivisos ou de quinhão em património autónomo	423
8.3.7. Penhora de quotas em sociedades	425
8.3.8. Penhora de estabelecimento comercial	426
 LIÇÃO IX – MEIOS DE REACÇÃO À PENHORA	 431
1. Oposição por simples requerimento	431
2. Oposição à penhora	434
2.1. Âmbito e fundamentos	434
2.2. Tramitação	437
3. Embargos de terceiro	439
3.1. Âmbito	439
3.2. Natureza	440

3.3. Modalidades	441
3.4. Requisitos	441
3.4.1. Qualidade de “terceiro”	442
3.4.1.1. Âmbito	442
3.4.1.2. Cônjuge do executado	442
3.4.2. Posse	443
3.4.2.1. Âmbito	443
3.4.2.2. Posse causal e posse formal	444
3.4.3. Direito incompatível com a penhora	446
3.4.3.1. Direitos reais de gozo registados antes de qualquer arresto, penhora ou garantia	447
3.4.3.2. Direitos reais de gozo que não tenham registo anterior ao de qualquer arresto, penhora ou garantia	450
3.4.3.3. Direitos reais de garantia	460
3.4.3.4. Direitos reais de aquisição	461
3.4.3.5. Direitos pessoais de gozo	465
3.5. Formalidades	468
3.5.1. Prazo	468
3.5.2. Legitimidade passiva	470
3.5.3. Tramitação	471
3.5.3.1. Fase introdutória	471
3.5.3.2. Efeitos da rejeição ou do recebimento dos embargos	473
3.5.3.3. Fase subsequente	474
3.5.3.4. Decisão e efeitos	475
4. Ação de declaração da titularidade do direito que obste à realização ou ao âmbito da penhora	475
5. Ação de reivindicação	476
LIÇÃO X – CONCURSO DE CREDORES	479
1. Citação do cônjuge do executado e dos credores	479
1.1. Âmbito	479
1.2. Citação do cônjuge do executado	479
1.3. Citação dos credores titulares de direito real de garantia	481
1.4. Citação da Fazenda Nacional e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	484
1.5. Consequências da falta de citação	485
2. Reclamação de créditos	487
2.1. Pressupostos	487
2.1.1. Garantia real sobre os bens penhorados	487
2.1.2. Título executivo	489

2.1.3. Obrigação certa e líquida	491
2.1.4. Prazo	492
2.2. Impugnação dos créditos reclamados	493
2.3. Verificação e graduação dos créditos	494
2.3.1. Graduação de créditos em relação a bens imóveis	496
2.3.2. Graduação de créditos em relação a bens móveis	498
LIÇÃO XI – PAGAMENTO	501
1. Modalidades	501
2. Âmbito temporal	501
3. Pagamento por entrega de dinheiro	502
4. Adjudicação de bens penhorados	503
4.1. Requerimento	503
4.2. Publicidade do requerimento	504
4.3. Termos da adjudicação	505
5. Consignação de rendimentos	506
5.1. Âmbito	506
5.2. Tramitação	506
5.3. Consignação de rendimentos de bens em locação	507
5.4. Efeitos	508
6. Pagamento em prestações e acordo global	508
6.1. Pagamento em prestações	508
6.1.1. Âmbito	508
6.1.2. Efeitos da celebração do acordo	509
6.1.3. Consequências do incumprimento do acordo	510
6.2. Acordo global	511
7. Venda executiva	512
7.1. Âmbito	512
7.1.1. Determinação da modalidade da venda e do valor base dos bens	512
7.1.2. Instrumentalidade da venda	513
7.1.3. Venda antecipada de bens	513
7.1.4. Dispensa de depósito do preço	514
7.2. Modalidades	515
7.2.1. Venda mediante propostas em carta fechada	515
7.2.1.1. Âmbito	515
7.2.1.2. Valor base e competência	515
7.2.1.3. Publicidade da venda e dos bens	516
7.2.1.4. Notificação aos preferentes	516
7.2.1.5. Abertura e deliberação sobre as propostas	518
7.2.1.6. Caução e depósito do preço	520

7.2.1.7.	Adjudicação e registo	521
7.2.1.8.	Entrega dos bens	522
7.2.2.	Venda de bens em mercados regulamentados	523
7.2.3.	Venda direta	523
7.2.4.	Venda por negociação particular	524
7.2.5.	Venda em estabelecimento de leilão	527
7.2.6.	Venda em depósito público ou equiparado	528
7.2.7.	Venda em leilão eletrónico	528
7.3.	Efeitos da venda	531
7.3.1.	Transferência para o adquirente dos direitos do executado sobre a coisa vendida	531
7.3.2.	Caducidade de direitos	532
7.3.3.	Transferência dos direitos de terceiro para o produto da venda	533
7.4.	Invalidade da venda	534
7.4.1.	Anulação da venda executiva	534
7.4.1.1.	Âmbito	534
7.4.1.2.	Tramitação	537
7.4.2.	Casos em que a venda fica sem efeito	538
7.4.2.1.	Anulação ou revogação da sentença executada ou procedência da oposição à execução ou à penhora	538
7.4.2.2.	Anulação da execução em caso de revelia	538
7.4.2.3.	Anulação do ato da venda	539
7.4.2.4.	Venda de coisa alheia	541
7.4.2.5.	Efeitos	541
7.4.3.	Ação de reivindicação	542
8.	Direito de remição	542
8.1.	Âmbito	542
8.2.	Legitimidade	543
8.3.	Prazo	545
8.4.	Procedimento	547
8.4.1.	Venda por propostas em carta fechada	547
8.4.2.	Outras modalidades de venda	548

LIÇÃO XII – SUSPENSÃO, EXTINÇÃO, RENOVAÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO 549

1.	Suspensão da execução	549
1.1.	Suspensão da execução em caso de insolvência ou de processo especial de recuperação	549
1.2.	Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens	552
1.3.	Suspensão com fundamento em causa prejudicial	555

2. Extinção da execução	557
2.1. Execuções inviáveis	557
2.2. Extinção da execução por sustação integral	558
2.3. Extinção da execução pelo pagamento voluntário	558
2.4. Extinção da execução pelo pagamento coercivo	560
2.5. Extinção da execução por deserção	561
2.6. Extinção da execução por encerramento do processo de insolvência	563
2.7. Desistência do exequente	564
3. Renovação da execução	565
4. Anulação da execução	566

LIÇÃO XIII – RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE 569

1. Âmbito	569
2. Efeitos	576
2.1. Restituição do indevidamente prestado	576
2.2. Responsabilidade civil	576
2.3. Responsabilidade processual	577
2.4. Responsabilidade tributária	578
2.5. Responsabilidade criminal	578
3. Apreciação da responsabilidade e da pretensão indenizatória	579

LIÇÃO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA 581

1. Âmbito	581
2. Tramitação	582
2.1. Fase introdutória	582
2.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	582
2.1.2. Oposição à execução	583
2.1.2.1. Fundamentos	583
2.1.2.2. Efeito	585
2.1.2.3. Tramitação	585
2.2. Fase subsequente	586
2.2.1. Entrega da coisa	586
2.2.2. Entrega de coisa imóvel arrendada ou que constitua a casa de habitação principal do executado	587
2.2.2.1. Suspensão por diferimento da desocupação do local arrendado para habitação	588
2.2.2.2. Suspensão a requerimento do detentor da coisa	590
2.2.2.3. Suspensão por razões de doença	591
3. Responsabilidade do exequente	592
4. Conversão da execução	593

LIÇÃO XV – EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO	595
1. Âmbito	595
2. Modalidades	596
2.1. Prestação de facto positivo e prestação de facto negativo	597
2.2. Prestação de facto positivo fungível e prestação de facto positivo infungível	597
3. Execução para prestação de facto positivo	598
3.1. Fase introdutória	598
3.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	598
3.1.2. Oposição à execução	599
3.1.2.1. Fundamentos	599
3.1.2.2. Efeito	601
3.2. Fase da liquidação	601
3.3. Fase da prestação	602
3.3.1. Prestação pelo exequente	602
3.3.2. Fixação do prazo para a prestação	603
3.4. Extinção da execução	604
4. Execução para prestação de facto negativo	605
4.1. Âmbito	605
4.2. Tramitação	606
4.2.1. Fase inicial	606
4.2.2. Fase subsequente	607
LIÇÃO XVI – PROCESSO ESPECIAL DE EXECUÇÃO POR PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS	609
1. Âmbito	609
2. Tramitação	612
2.1. Adjudicação ou consignação de rendimentos	612
2.2. Penhora e citação do executado	613
2.3. Cessação ou alteração dos alimentos	614
2.4. Garantia das prestações vincendas	615
LIÇÃO XVII – PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	617
1. Natureza e fins	617
2. Requisitos	619
3. Tramitação inicial	620
3.1. Requerimento inicial	620
3.2. Distribuição	622
3.3. Recusa do requerimento	623
3.4. Consultas e relatório	624

4. Tramitação subsequente	626
4.1. Manifestação de vontade do credor	626
4.2. Notificação do requerido	627
4.2.1. Pagamento voluntário da quantia em dívida	627
4.2.2. Celebração de acordo de pagamento	627
4.2.3. Indicação de bens penhoráveis	627
4.2.4. Oposição	628
4.2.5. Inclusão na lista pública de devedores e emissão de certidão de incobabilidade	630
4.3. Convocação do procedimento em processo de execução	631
5. Consultas após a extinção do procedimento	632
6. Valores devidos no âmbito do procedimento extrajudicial pré-executivo	632
7. Publicidade do processo	633
8. Reclamações e impugnação jurisdicional	634
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 635